



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 29/04/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou o lançamento do Pacto Paraibano pela Primeira Infância, iniciativa do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, parabenizando o Presidente Fábio Nogueira pela ação. Ressaltou seu compromisso com os direitos das crianças e adolescentes, conforme assegurado pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Criticou as desigualdades sociais que ainda afetam a infância na Paraíba e celebrou o lançamento do Portal Primeira Infância, que reúne dados e indicadores sobre o tema. Encerrou conclamando todos os setores da sociedade a se engajarem no pacto, reafirmando seu apoio político, ético e cristão à causa.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, por falhas na proteção dos aposentados quanto a descontos indevidos no INSS, que somariam mais de R\$ 7 bilhões. Citou relatório da Controladoria-Geral da União, que apontou que 97% dos entrevistados não autorizaram tais descontos. Destacou o crescimento no número de entidades credenciadas e mencionou a ligação de uma delas com um irmão do Presidente Lula. Defendeu a demissão do Ministro, classificando o episódio como um "rombo" maior que o do 8 de Janeiro, que teria gerado um prejuízo de R\$ 24 milhões. Informou que o Partido Novo apresentou um projeto para responsabilizar o INSS e indenizar os trabalhadores afetados. Por fim, acusou o Supremo Tribunal Federal de politização e pediu foco na proteção da sociedade.

Clodoaldo Magalhães (PV - PE) - O Deputado celebrou a aprovação da nova Lei Aldir Blanc, destacando seu papel na valorização da cultura brasileira, no fortalecimento da economia criativa e na garantia de dignidade para os profissionais da arte. Ressaltou que a cultura é essencial, gerando renda e empregos, e representa cerca de 3% do PIB nacional. Enfatizou também o impacto positivo da lei em Pernambuco, estado com rica tradição cultural. Afirmou que a aprovação representa um compromisso com a democracia, o desenvolvimento humano e a identidade nacional.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado alertou sobre os graves efeitos da estiagem nas regiões sudoeste, central e norte da Bahia, que afetam diretamente a agricultura, a pecuária e o comércio local. Destacou que muitos dos Municípios impactados dependem quase exclusivamente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Informou que a Comissão de Agricultura aprovou requerimento de sua autoria para realizar visita técnica à região, a fim de ouvir Prefeitos e propor ações emergenciais junto aos Governos Estadual e Federal. Mencionou o aumento dos pedidos por carros-pipas e a necessidade de antecipar medidas



antes do próximo período chuvoso. Por fim, ressaltou a importância do apoio da Conab e do Ministério da Agricultura para garantir a sobrevivência dos pequenos produtores.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado reforçou a gravidade da seca na Bahia, destacando que os mananciais hídricos estão abaixo da média histórica e que o período de poucas chuvas ainda está começando. Defendeu ações urgentes e mais abrangentes por parte dos Governos. Citou reunião recente com o Ministro da Integração Waldez Góes, seis Ministérios, o Governador Jerônimo Rodrigues e Prefeitos para tratar da crise hídrica. Mencionou medidas já em curso, como entrega de retroescavadeiras, repasses para abastecimento de carros-pipas, distribuição de milho e cestas básicas. Defendeu a negociação de créditos para agricultores inadimplentes devido à falta de produção. Por último, parabenizou o Governo Federal pelo engajamento no tema e conclamou um pacto entre União, Estado, Municípios e Parlamentares para enfrentar a estiagem.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado prestou solidariedade aos moradores de Várzea Grande (MT), afetados por fortes chuvas que causaram alagamentos nos bairros da Manga e da Alameda. Parabenizou a atuação da Defesa Civil e da Prefeitura Municipal, citando a Prefeita e os Secretários Celso e Lucas. Reafirmou seu compromisso com a cidade, informando que destinará emendas parlamentares para aquisição de maquinário que viabilize a limpeza de canais, visando minimizar os impactos de futuras chuvas. Encerrou com palavras de apoio à população, destacando sua confiança na superação dos danos e na força da cidade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula por quase premiar a cartilha “Fica Frio!”, que incentiva o uso de drogas entre jovens, destacando trechos que considerou inaceitáveis e acusando o Governo de agir em conivência com o crime organizado. Condenou também o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, responsabilizando-o por descontos indevidos em aposentadorias e pensões, apontando mais de 740 mil queixas e alegando que a maioria dos atingidos não autorizou os débitos. Exigiu a exoneração de Lupi e afirmou que a permanência do Ministro compromete ainda mais a imagem do Governo Federal.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado convidou a população de Vitória da Conquista (BA) e da região sudoeste da Bahia para participar de uma audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no dia 8 de maio, às 14h, na sede do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Vitória da Conquista (Sincomercio). Mencionou que o projeto de concessão da BR-116 seria apresentado à sociedade e colher para sugestões para seu aprimoramento.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada fez um pronunciamento em memória ao primeiro ano da maior tragédia climática do Rio Grande do Sul, destacando os impactos devastadores das enchentes de maio de



2024, que causaram 184 mortes e deixaram milhares desabrigados. Criticou a falta de mudanças estruturais desde então e alertou para a necessidade de enfrentar a emergência climática com mais seriedade. Além disso, manifestou apoio à greve dos trabalhadores da rede Zaffari, defendendo melhores condições de trabalho, redução da jornada e valorização dos direitos trabalhistas.

Saulo Pedroso (PSD - SP) - O Deputado manifestou indignação diante das denúncias de desvio de recursos no INSS, destacando que o Congresso Nacional precisa agir com firmeza para investigar o caso. Defendeu o papel da Câmara na fiscalização dos atos do poder público e cobrou apoio ao requerimento em tramitação que propõe apuração dos fatos, independentemente de partidos ou pessoas envolvidas.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado relatou reunião com o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na qual representantes da bancada gaúcha e da Comissão de Agricultura solicitaram medidas emergenciais para enfrentar o endividamento dos agricultores do Rio Grande do Sul, especialmente após as recentes enchentes. Informou que foi discutida a prorrogação de dívidas por até quatro anos e a inclusão da Cédula de Produto Rural (CPR) nas renegociações. Destacou também a criação de um grupo de trabalho para buscar soluções estruturais de médio e longo prazo e pediu apoio do Parlamento para ações urgentes em favor do setor agropecuário gaúcho. Elogiou a iniciativa e destacou que, enquanto o Sul enfrenta enchentes, a Bahia sofre com seca severa, exigindo união de esforços para enfrentar as crises climáticas no País.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a atuação do Estado brasileiro na segurança pública, destacando falhas na condução do combate ao crime organizado. Criticou o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, especialmente por medidas como a audiência de custódia e sua atuação no *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Afirmou que o crime organizado está expandindo sua influência sobre territórios e setores econômicos, como postos de gasolina e distribuidoras, e considerou ineficaz a atual Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, por não tratar com rigor diferenciado os crimes de facções. Além disso, manifestou preocupação com decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que autorizou a desapropriação de terras envolvidas em crimes ambientais, alertando para os riscos de punições injustas a proprietários que não tenham responsabilidade direta e defendendo que o tema seja tratado por meio de lei aprovada pelo Congresso.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado fez um apelo ao Governo Federal, especialmente ao Ministério das Cidades, para que libere recursos já depositados nas contas de prefeituras destinados à regularização fundiária. Citou como exemplo o Município de Governador Lindenberg (ES), que possui cerca de R\$ 1,5 milhão em caixa oriundo de transferências especiais, mas enfrenta entraves burocráticos para aplicar os recursos.



Destacou a importância da regularização fundiária para os moradores, que só com ela podem obter escritura, vender, reformar ou financiar imóveis. Por fim, criticou a falta de organização do Ministério e pediu mais atenção e agilidade na execução das emendas parlamentares voltadas a essa finalidade.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado denunciou um esquema de fraude no INSS que já causou um prejuízo estimado em R\$ 6,3 bilhões, afetando milhões de aposentados e pensionistas. Comparou esse valor com o orçamento da segurança pública para evidenciar a gravidade do problema e criticou a omissão do Congresso diante de alertas anteriores. Destacou que apresentou em 2024 um projeto de lei para impedir descontos em benefícios sem autorização formal, mas a proposta foi ignorada. Cobrou mais responsabilidade do Parlamento, pediu investigações rigorosas e alertou que essas fraudes comprometem a sobrevivência de quem mais precisa.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.725, de 2025, de sua autoria, que proíbe novos blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia Legal e recuperar áreas já degradadas. Argumentou que a proposta está alinhada com os compromissos climáticos da COP e visa proteger regiões sensíveis, como a Foz do Rio Amazonas, que abriga manguezais, corais e comunidades tradicionais. Além disso, defendeu a requalificação profissional e a promoção de uma economia sustentável, com a Petrobras liderando a transição energética.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado pediu apoio para um projeto de sua autoria que permite o uso do saldo do FGTS para custear tratamentos de fertilização *in vitro*. Argumentou que muitas famílias de baixa renda sonham em ter filhos, mas não conseguem arcar com os altos custos do procedimento, diferentemente das famílias mais ricas. Como o trabalhador já possui recursos no FGTS, o projeto busca garantir o direito de utilizá-los para realizar esse desejo familiar, promovendo justiça e igualdade de acesso à maternidade e paternidade.

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado manifestou indignação diante do escândalo de descontos ilegais em aposentadorias e pensões do INSS. Informou que investigações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União apontaram o desvio de mais de 6 bilhões de reais entre 2019 e 2024. Ressaltou que a fraude envolveu a cobrança de serviços inexistentes, aproveitando-se da complexidade do sistema previdenciário e da boa-fé dos idosos. Também a responsabilização dos envolvidos, o fortalecimento dos mecanismos de controle e a garantia de consentimento claro em autorizações de desconto. Ao final, reafirmou seu compromisso com a proteção dos direitos dos idosos e a moralidade no serviço público.



Luiz Carlos Busato (UNIÃO - RS) - O Deputado prestou homenagem à cidade de Três Cachoeiras (RS), pelos 37 anos de emancipação política. Destacou a importância da data e parabenizou a Prefeita Fabiana Leffa e os moradores do Município. Também mencionou a programação comemorativa, que teve início no dia 25 de abril e se estendeu até 4 de maio, reforçando a relevância da celebração para a comunidade local.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado lembrou a origem do 1º de Maio como dia de luta da classe trabalhadora, destacando a importância de mobilizações por direitos no Brasil. Anunciou participação nas manifestações na Avenida Paulista (SP), ao lado do Movimento Vida Além do Trabalho, defendendo o fim da escala 6 por 1, em busca de mais tempo para lazer, estudo e convivência familiar. Também cobrou a votação da proposta que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais, com compensação pela tributação de super-ricos que recebem acima de 50 mil reais.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado elogiou o discurso do Parlamento Ossesio Silva sobre o escândalo dos descontos ilegais em aposentadorias, criticando o uso político e teatral do tema por alguns Parlamentares. Destacou que a denúncia é grave e exige seriedade, afirmando que quem rouba aposentado deve ser punido com rigor. Lembrou que muitos dos que hoje fazem discurso contra essas fraudes aprovaram mudanças na previdência que elevaram a idade mínima para 65 anos e reduziram pensões, classificando essas medidas como um "crime oficial". Por fim, defendeu punição às associações envolvidas nos descontos irregulares e elogiou o estudo do Governo Lula para criar planos de saúde populares, reforçando a importância de proteger os aposentados e garantir a devolução dos valores desviados.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado registrou a presença de sua esposa, Maria Pedroza Borges, e de duas lideranças políticas do Maranhão. Destacou a visita do Vice-Prefeito de São João do Paraíso (MA), Renan, a quem chamou de amigo histórico e futuro Prefeito, relatando as dificuldades enfrentadas pela região após a queda da ponte que ligava o Tocantins ao Maranhão. Também saudou o Prefeito de Lajeado Novo (MA), conhecido como Tratorzão, ressaltando sua relevância política e vínculos familiares com o Tocantins.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado ressaltou a importância do 1º de Maio como data histórica da classe trabalhadora, lembrando que toda riqueza nacional é fruto do trabalho. Saudou as centrais sindicais e destacou as mobilizações previstas em Sergipe, com ato no bairro Santa Maria, em Aracaju (SE). Também defendeu o lema "Sem anistia, sem carestia e por mais direitos", criticando os retrocessos impostos pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que, segundo ele, atacaram direitos trabalhistas e previdenciários. Ao final, afirmou que o Governo Lula retomou a esperança, reforçando a luta sindical e popular por uma democracia com trabalho digno e direitos garantidos.



Dimas Gadelha (PT - RJ) - O Deputado destacou o Dia Mundial da Educação, ressaltando a importância do investimento no setor para o desenvolvimento humano, social e econômico. Apontou quatro políticas públicas fundamentais na educação brasileira: a criação do Fundeb, a ampliação das escolas técnicas federais e universidades, o programa Pé-de-Meia e, como mais relevante, o Prouni e o Fies. Também defendeu o projeto de lei de sua autoria, denominado Fies sem Teto, que propõe eliminar o teto de financiamento para estudantes de cursos com mensalidades elevadas, como medicina e odontologia.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, acusando-o de promover uma ação cruel contra os moradores da Favela do Moinho, localizada em área valorizada da capital paulista. Informou que o Governador utiliza como pretexto a presença de criminosos na comunidade para justificar a remoção das famílias, sem oferecer alternativas de moradia digna próximas ao local de trabalho dessas pessoas. Repudiou o discurso que associa moradores de favelas à criminalidade e denunciou que, ao contrário, os moradores são trabalhadores que precisam de políticas habitacionais justas e respeitadas. Por fim, defendeu a permanência ou a realocação digna dos moradores, em articulação com o Governo Federal, e criticou o uso da repressão como resposta às demandas sociais.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado alertou para o risco de o Brasil perder a liderança na proteção ambiental diante de retrocessos no arcabouço legal. Argumentou que mesmo sendo o País mais biodiverso do mundo e prestes a sediar a COP 30, o Brasil viu seu marco regulatório enfraquecer, ameaçando a preservação de biomas como Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Destacou que o País possui uma “oportunidade de ouro” para retomar o protagonismo global na governança ambiental, reforçando que a proteção da biodiversidade deve ser tratada como prioridade estratégica. Também afirmou que o Governo Lula precisa reafirmar essa liderança, apesar das dificuldades impostas por decisões legislativas que enfraqueceram políticas ambientais e limitaram o protagonismo de setores responsáveis pela preservação do patrimônio natural brasileiro.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou o início do mês de vacinação dos povos indígenas no Município de Banzaê (BA), ocorrido no último dia 25, com a presença do Ministro Alexandre Padilha e do Governador Jerônimo Rodrigues. Ressaltou que o evento reforçou o compromisso com a vacinação, a saúde e a defesa dos povos originários. Também informou que, na ocasião, foram inauguradas obras no Município, incluindo pavimentação, requalificação urbana e ampliação do Núcleo de Atenção à Saúde. Ao final, enfatizou a parceria entre o Governo Federal, o Estado e o Município, com a entrega de equipamentos, ambulância para Tratamento Fora de Domicílio e trator agrícola.



Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado registrou a presença dos Deputados Estaduais do Pará, Luth Rebelo e Lu Ogawa, o Vereador de Salinópolis (PA), Mauricio, acompanhado de sua assessoria, além do Secretário-Adjunto de Saúde do Estado, Sipriano. Também destacou a participação do Governador do Pará, que chegou a Brasília para acompanhar o lançamento da federação entre os partidos União Brasil e Progressistas.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado fez um apelo em defesa do municipalismo, alertando para a grave crise enfrentada por Prefeitos de todo o País. Informou que bloqueios de recursos pela Receita Federal e parcelamentos do INSS têm tornado as gestões municipais inviáveis, especialmente em cidades que dependem do FPM. Também criticou o modelo federativo, que impõe obrigações sem garantir recursos, forçando Prefeitos a escolhas dramáticas entre manter serviços essenciais ou pagar servidores. Propôs três medidas urgentes: isenção temporária do Cauc para Municípios de até 120 mil habitantes, compensação de encargos sociais decorrentes dos pisos nacionais e criação de um novo Refis municipal. Ao final, defendeu uma revisão do pacto federativo, destacando que fortalecer os Municípios é garantir dignidade à população.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado fez um apelo ao Presidente Lula para que destine parte dos recursos do PAC diretamente aos Municípios, por meio de aumento no repasse do FPM. Relatou a crise enfrentada por Prefeitos, especialmente de cidades pequenas da Bahia, que dependem exclusivamente de transferências federais e estaduais, e que hoje enfrentam dificuldades para manter serviços essenciais, como cirurgias eletivas. Também criticou a burocracia que trava obras via FNDE e Caixa Econômica e defendeu que Prefeitos, por estarem na ponta, sabem aplicar os recursos com mais agilidade e eficiência. Por fim, afirmou que, se o Governo Federal anunciar esse reforço no FPM durante a Marcha dos Prefeitos, Lula terá o reconhecimento imediato dos gestores municipais.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado registrou a presença, na Câmara dos Deputados, dos Vereadores Jandeilson Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Santarém (PA), e Alberto Portela. Destacou a importância de Santarém, que abriga Alter do Chão, reconhecida como uma das dez praias de água doce mais bonita do mundo. Também informou que os Vereadores estão em Brasília para acompanhá-lo em diversas audiências, com destaque para o Ministério da Pesca, onde irão tratar da situação dos milhares de pescadores do Pará que estão sem receber o seguro-defeso, além de outras pautas no Ministério das Cidades.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada manifestou solidariedade à Parlamentar Marussa Boldrin, denunciando com veemência casos de violência de gênero, em especial as graves acusações contra o Deputado Distrital



Donizet. Destacou que ele foi denunciado pelo Ministério Público do Distrito Federal por crimes contra a dignidade sexual e ressaltou a obrigação da Câmara Legislativa de apurar os fatos com rigor. Também enfatizou que as vítimas precisam ser protegidas, que o silêncio diante dessas denúncias configura cumplicidade e que a sociedade exige respostas firmes para assegurar que mulheres não sejam submetidas a abusos, intimidações ou agressões, independentemente da posição de poder do agressor.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado destacou a importância social do retorno do Programa Minha Casa, Minha Vida, enfatizando que a política pública só faz sentido quando melhora efetivamente a vida das pessoas. Ressaltou o trabalho do Ministro Jader Barbalho, que, segundo o Deputado, tem atuado com responsabilidade e celeridade para garantir moradias às famílias em situação de vulnerabilidade. Por fim, comemorou a liberação, publicada no Diário Oficial da União, de unidades habitacionais para os Municípios de Cruz Machado (PR), Ibituva (PR), Laranjeiras do Sul (PR) e Rio Azul (PR), beneficiando famílias da Faixa 1, com renda de até R\$ 2.600, que terão acesso à moradia sem necessidade de pagamento de mensalidade.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado afirmou que o Governo Lula enfrenta um colapso político e administrativo, destacando a dificuldade do Planalto em realizar uma reforma ministerial. Informou que, até mesmo aliados recusaram cargos no Executivo, sinalizando desgaste e isolamento do Governo. Citou escândalos no INSS envolvendo desvios bilionários e responsabilizou o Ministro Carlos Lupi por omissão, cobrando sua demissão. Criticou ainda a ausência de projetos aprovados na Câmara e acusou o Governo de priorizar aumento de impostos e perseguição a opositores. Por fim, alertou para um suposto rombo orçamentário que inviabilizaria investimentos essenciais a partir de 2027.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a atuação da Oposição ao comentar o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. Informou que setores da Extrema Direita defendem interesses dos super-ricos. Afirmou que estes grupos agem contra medidas que beneficiariam a população de menor renda e apontou que a base bolsonarista continua recebendo salário parlamentar. Também mencionou pesquisas que indicam aprovação acima de 52% do Governo e defendeu a possibilidade de reeleição de Lula em 2026.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado destacou a atuação do Governador Ratinho Júnior durante visita a Brasília (DF) para a assinatura de contratos de concessão de rodovias no Paraná. Afirmou que o investimento de mais de R\$ 35 bilhões viabilizaria obras importantes, como a duplicação da BR-277 e a construção de viadutos em Foz do Iguaçu (PR). Informou que o Governo estadual demonstrou compromisso com a gestão



pública eficiente e voltada para a população. Também participou de audiência sobre o desvio de R\$ 6 bilhões da Previdência, que atingiu aposentados. Cobrou ações da Polícia Federal e a responsabilização de envolvidos, incluindo eventual quebra de sigilo bancário de sindicatos beneficiados.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou a visita do advogado mato-grossense Rafael Rodrigues Soares à Câmara dos Deputados. Destacou a publicação do livro *Tutela Processual da Desinformação*, de autoria de Rafael, que abordou os impactos das *fake news* na sociedade e no funcionamento do Poder Judiciário. Parabenizou o autor pela contribuição ao debate sobre o combate à desinformação e afirmou que a obra representava motivo de orgulho para Rondonópolis (MT) e para o Brasil.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado homenageou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao relembrar a rendição de 15 mil soldados inimigos às tropas brasileiras em 29 de abril de 1945, nos arredores de Forno di Taro, na Itália. Destacou a atuação de mais de 25 mil combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial, ressaltando tanto o valor militar quanto o impacto estratégico da participação do Brasil no conflito. Citou as perdas humanas sofridas pela FEB e defendeu a preservação da memória dos veteranos, dos quais apenas 43 ainda estavam vivos no País, segundo dados de março de 2025. Informou que o legado da FEB transcendeu ideologias e ajudou a impulsionar a redemocratização do Brasil em 1945.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.902, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de um exame de proficiência para o exercício de todas as profissões da área da saúde no Brasil. Justificou a proposta com base nos resultados recentes de avaliações de cursos superiores, que apontaram baixo desempenho em diversas instituições privadas. Informou que muitos cursos formadores de profissionais da saúde receberam notas entre zero e dois, o que levantou preocupações quanto à qualificação desses profissionais. Por fim, alertou para a expansão de cursos em cidades pequenas e sem estrutura adequada, defendendo que a medida garantiria mais segurança à população e valorizaria os profissionais capacitados.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado registrou apoio à audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo Deputado Fred Costa, que reuniu representantes de 21 Estados, federações e sindicatos de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Destacou a relevância dessas categorias para a saúde pública e pediu o comprometimento dos Líderes da Casa e do Presidente Hugo Motta com os projetos de interesse desses profissionais. Expressou confiança no apoio do Ministro Alexandre Padilha e do Presidente Lula às demandas apresentadas, reforçando o histórico de contribuição do Parlamento às lutas desses trabalhadores.



Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que as fraudes no INSS começaram em 2018, durante o Governo Temer, e se intensificaram na gestão seguinte. Informou que as investigações sobre os descontos ilegais em aposentadorias foram iniciadas apenas em 2023, já sob o Governo Lula, a partir de denúncias encaminhadas pela Controladoria-Geral da União à Polícia Federal. Destacou que, das onze entidades investigadas, nove foram criadas nas gestões anteriores e que o atual Governo adotou medidas, como a demissão do então presidente do INSS, para interromper o esquema. Defendeu a continuidade das apurações para proteger os aposentados.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado questionou a imparcialidade das instituições e da mídia ao abordar episódios recentes, como os atos de 8 de janeiro. Criticou a forma como os envolvidos foram tratados, afirmando que cidadãos foram enganados e presos injustamente. Também levantou dúvidas sobre o desaparecimento de imagens relacionadas aos acontecimentos e defendeu o direito à manifestação pacífica. Mencionou a intimação do Deputado Sóstenes Cavalcante, líder do PL, após pronunciamentos em defesa de manifestantes. Ainda acusou desequilíbrio na cobertura do programa A Voz do Brasil, alegando predominância de vozes da Esquerda em detrimento de representantes de Direita.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado criticou o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, durante sessão da Comissão de Segurança Pública. Questionou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que operações contra facções criminosas foram interrompidas por ordem do Ministro e acusou o Governo Federal de enfraquecer as forças de segurança locais. Também defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2025, que acrescenta os §§ 11, 12 e 13 ao art. 144 da Constituição Federal, para instituir o piso salarial dos servidores policiais civis e militares e bombeiros militares.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo do PT por sua abordagem em relação à segurança pública, questionando a moralidade do Partido para tratar do tema. Destacou o recente desvio de R\$ 6 bilhões no INSS, afetando aposentados, e lembrou que o Presidente Lula vetou leis importantes para as polícias militar e civil. Também manifestou oposição à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, afirmando que a bancada da segurança pública rejeita a proposta, considerando-a inadequada. Reforçou a falta de credibilidade do Governo no que diz respeito à segurança pública.



Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado comemorou o Dia do Trabalhador, destacando a volta do Presidente Lula ao governo e suas políticas voltadas para os trabalhadores. Lembrou os aumentos reais no salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda, que beneficiam milhões de brasileiros. Destacou também o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências, ressaltando a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e reduzindo o imposto para quem ganha até R\$ 7 mil. Também celebrou a igualdade salarial entre homens e mulheres para o mesmo cargo, atribuindo essas conquistas ao Governo do PT. Criticou a Oposição, mencionando o atual cenário de desemprego baixo.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - A Deputada homenageou os Gideões Missionários da Última Hora, destacando a trajetória de fé e dedicação dessa organização, com foco na transformação de vidas em Santa Catarina, no Brasil e fora do País. Ressaltou o legado do Pastor Cesino Bernardino, fundador da instituição, e do Pastor Wesley, que faleceram, além de enaltecer o trabalho do atual presidente, Pastor Zilmar, que mantém viva a visão do fundador. Destacou a missão de acolhimento e cuidado com os mais vulneráveis, enfatizando a importância dos Gideões na evangelização e transformação social.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado anunciou a sanção de lei de sua autoria que instituiu a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelos para Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento. Informou que a iniciativa teve origem no Município de Embu das Artes (SP), a partir de projeto do Vereador Ricardo Almeida, e foi transformada em política pública nacional. Destacou a importância da medida para amparar pessoas em situação de vulnerabilidade.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado destacou a situação das rodovias federais BR-230 (Transamazônica) e BR-163, Santarém (PA)-Cuiabá (MT), afetadas pelas chuvas intensas na região. Reconheceu os avanços obtidos durante os Governos Lula e Dilma e informou que restavam apenas 35 quilômetros para a conclusão da BR-163 e pouco mais de 200 na Transamazônica. Informou que o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, contratou serviços permanentes de manutenção nos trechos não pavimentados e retomou obras paralisadas no Governo anterior. Mencionou frentes de trabalho já em curso em trechos como Novo Repartimento (PA) a Itupiranga (PA) e Rurópolis (PA) a Medicilândia (PA), e defendeu a conclusão do asfaltamento como prioridade para o desenvolvimento regional.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado se posicionou sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências



da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Destacou que a iniciativa foi construída com diálogo entre o Ministro da Justiça, os Governadores e diversos setores da sociedade. Informou que a proposta visa valorizar as forças de segurança e promover um debate respeitoso com Estados, Municípios e polícias. Criticou o que classificou como o uso político da segurança pública durante o Governo Bolsonaro, mencionando episódios de apoio a milícias e discursos de ódio. Defendeu a atual proposta como um avanço no tratamento do tema e criticou o nível dos discursos apresentados por aliados do ex-Presidente.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada celebrou o dia 1º de Maio, comemorado em memória dos mártires da luta por direitos trabalhistas, e exaltou a importância da organização sindical na conquista de garantias no Brasil. Ademais, reafirmou sua atuação parlamentar em defesa da enfermagem, criticando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reduziu o valor do piso salarial da categoria ao vinculá-lo à jornada semanal de 44 horas. Além disso, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, de 2014, que altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais. Adicionalmente, argumentou em prol da restauração do valor do piso da enfermagem e pleiteou a instituição de pisos salariais para demais categorias da saúde, como farmacêuticos, psicólogos, entre outros. Comemorou também o Dia da Dança e recordou sua relatoria do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que regulamenta o ofício de profissional da dança, atualmente em tramitação na Comissão de Trabalho. Ao final, elogiou o Governo Lula pelo apoio à luta pela igualdade e conclamou os trabalhadores a ocuparem as ruas no Dia do Trabalhador em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas e da solidariedade internacional.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado afirmou que presidiu a instalação da Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034, elaborado a partir de estudos do Ministério da Educação e encaminhado pelo Poder Executivo. Ademais, destacou a eleição da Deputada Tabata Amaral para a Presidência da Comissão e do Deputado Moses Rodrigues para a Relatoria dos trabalhos. Além disso, parabenizou o Presidente Hugo Motta por haver nomeado a Comissão e expressou confiança de que os debates contribuirão de forma decisiva para a educação brasileira.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado celebrou o Dia Internacional da Dança, ressaltando sua relevância simbólica, cultural e profissional. Destacou que a dança é expressão artística e também meio de sustento para milhares de trabalhadores, os quais, em sua maioria, atuam na informalidade e carecem de reconhecimento



legal como categoria produtiva. Ademais, reivindicou a aprovação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que regulamenta a profissão, recordando que a proposta foi iniciada há duas décadas e já aprovada no Senado Federal. Além disso, apoiou o manifesto do Fórum Nacional da Dança, que reúne artistas de todo o País na luta por direitos como aposentadoria especial, diante do desgaste físico provocado pela atividade. Por fim, defendeu que valorizar a dança é reconhecer os direitos de seus profissionais e reiterou que cabe ao Estado brasileiro promover políticas que assegurem a dignidade dessa expressão cultural.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado rememorou os 10 anos do episódio conhecido como massacre de 29 de abril, ocorrido no Paraná, durante a gestão do então Governador Carlos Alberto Richa. Relatou que, à época, milhares de servidores públicos protestaram contra um projeto que alterava as regras da previdência estadual e permaneceram acampados por mais de dez dias em frente à Assembleia Legislativa. Destacou que, no dia da votação, a repressão foi violenta e sem precedentes, resultando em mais de 280 pessoas feridas. Ressaltou que muitos manifestantes foram atingidos por balas de borracha e que a brutalidade policial marcou profundamente a memória dos servidores. Ao final, afirmou que, apesar da violência sofrida, os trabalhadores seguem mobilizados na defesa de seus direitos.

Enfermeira Ana Paula (PODE - CE) - A Deputada apelou ao Ministro da Educação, Camilo Santana, para garantir que o ensino de enfermagem seja integralmente presencial, destacando que, embora várias graduações possam ser feitas a distância, a enfermagem exige formação presencial. Ressaltou que o Ministro concorda com o ensino presencial, mas alertou para a resistência de forças que defendem o ensino a distância (EAD) para essa área. Ademais, enfatizou que a formação de qualidade é essencial para garantir a segurança no atendimento aos pacientes e criticou instituições que priorizam o lucro em detrimento da qualidade do ensino. Por fim, reforçou que a falta de formação profissional adequada tem gerado erros na assistência, tornando urgente a publicação de marco regulatório que estabeleça a obrigatoriedade do ensino presencial em enfermagem.

General Girão (PL - RN) - O Deputado relatou ter passado quase três semanas internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Rio Grande do Norte, após contrair uma infecção bacteriana, e agradeceu à equipe do Hospital Rio Grande pelo atendimento recebido, destacando também a presença do ex-Presidente Jair Bolsonaro na mesma unidade de saúde. Ademais, criticou a lentidão do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal diante da ausência de responsabilização do Consórcio Nordeste pela compra frustrada de respiradores durante a pandemia do coronavírus. Além disso, ressaltou que o Governo Bolsonaro adquiriu todas as vacinas e repassou os recursos aos Estados e Municípios, e acusou os Governadores da Esquerda de



desviarem esses recursos. Por fim, condenou o pagamento antecipado de quase R\$ 50 milhões à empresa HempCare e cobrou investigações eficazes e punição aos envolvidos.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado elogiou a participação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, na Comissão de Segurança Pública, apontando sua postura serena e o diálogo produtivo com os Parlamentares. Ademais, ressaltou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que trata da competência dos entes da federação sobre a segurança pública, não pertence a um Governo específico, mas constitui uma política de Estado que visa tratar a segurança como um tema nacional. Além disso, criticou a ausência de uma coordenação federal efetiva e defendeu a criação de protocolos nacionais para o enfrentamento do tráfico de armas e da criminalidade nas fronteiras. Adicionalmente, sublinhou a necessidade de reforço policial em áreas estratégicas, como aeroportos e divisas. Enalteceu ainda a contribuição de Governadores, inclusive da Oposição, no debate da proposta. Por fim, manifestou apoio à aprovação da PEC, com o objetivo de instituir um Programa Nacional de Segurança Pública.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada celebrou a assinatura dos contratos de concessão das rodovias do Paraná, realizada no Palácio do Planalto, destacando o investimento de 36 bilhões de reais por parte do Governo Federal. Ressaltou que o Presidente Lula priorizou o desenvolvimento do País ao estabelecer parcerias com os Governos Estaduais, independentemente de suas orientações políticas. Enfatizou que Londrina (PR), Apucarana (PR) e Ponta Grossa (PR) estão entre as cidades contempladas, abrangendo mais de 2.200 quilômetros de rodovias federais e estaduais em mais de cinquenta Municípios. Por fim, informou estar acompanhando o andamento do Lote 4, que contempla o contorno leste de Londrina (PR), reiterando o compromisso com a segurança viária e com o fortalecimento da infraestrutura regional.

Ismael (PSD - SC) - O Deputado criticou o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, reprovando a decisão do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) de suprimir a espiritualidade das comunidades terapêuticas. Ademais, sustentou, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, a importância da fé no processo de recuperação de dependentes químicos e ressaltou sua trajetória de três décadas na causa, inclusive com a fundação do Centro Terapêutico Vida. Além disso, destacou que 95,6% das comunidades terapêuticas brasileiras utilizam a espiritualidade como eixo central de acolhimento, conforme dados da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e citou exemplos dos Estados Unidos para reforçar a eficácia desse modelo. Adicionalmente, reafirmou que a espiritualidade é liberdade e instrumento de cura, e defendeu que o tratamento seja integral, respeitoso e adaptado à realidade de cada pessoa. Por fim, reiterou o papel redentor dessas instituições na vida de milhares de famílias brasileiras.



Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado criticou o Governo Lula pela fraude ocorrida contra os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apontando corrupção e incompetência. Ademais, destacou que a indignação dos aposentados se estende além do âmbito federal, citando o caso do Município de São Francisco (MG), um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, onde o Prefeito Paulo Miguel teria deixado de realizar repasses obrigatórios, transferindo aos aposentados a responsabilidade por essa omissão. Além disso, enfatizou que, em uma cidade com apenas 10% da população em empregos formais, o desrespeito atinge toda a comunidade. Por fim, colocou-se à disposição para defender os moradores da região e lutar por soluções justas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 1.945, de 2025, que determina a obrigatoriedade do uso das cores oficiais da Bandeira Nacional nos uniformes, agasalhos e equipamentos das seleções esportivas brasileiras e do serviço público federal. Ademais, sustentou que não permitirá que a Esquerda altere as cores do uniforme da seleção brasileira, afirmando que a sua proposição busca impedir modificações no estatuto da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nesse sentido.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou o Governo Lula pelo escândalo bilionário envolvendo descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas, estimando o desvio em quase 7 bilhões de reais em pouco mais de dois anos. Ademais, denunciou que idosos, mesmo após décadas de contribuição, estariam sendo lesados com descontos mensais de até 100 reais, e atribuiu responsabilidade à conivência de funcionários e autoridades do Governo. Além disso, cobrou a atuação da imprensa e questionou a permanência do Ministro Carlos Lupi no cargo. Adicionalmente, ressaltou que, no passado, a Medida Provisória (MPV) nº 873, de 2019, que tratava de contribuição sindical, dificultava esse tipo de prática. Reprovou ainda o envolvimento do irmão do Presidente da República e do filho do Ministro da Justiça com os sindicatos beneficiados pelas fraudes. Por fim, classificou o episódio como vergonhoso e cobrou punições.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado celebrou a caravana de centrais sindicais em Brasília (DF) para reafirmarem pautas trabalhistas e participarem de reunião com o Presidente Lula e saudou os representantes dos trabalhadores que vieram da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Ressaltou a importância do crescimento econômico com geração de empregos sob o Governo Lula e defendeu a valorização salarial com reajustes acima da inflação, criticando as perdas salariais nos Governos Temer e Bolsonaro. Enalteceu o aumento do salário mínimo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o impacto positivo sobre o consumo e a economia. Ademais, apoiou o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que estabelece isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, defendendo maior tributação sobre os mais ricos. Por



fim, considerou essa agenda uma justa homenagem ao Dia do Trabalhador e saudou a presença de Eduardo Manique em Brasília (DF), liderança de Três Coroas (RS).

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado destacou a importância da segurança no campo, especialmente nas regiões cafeeiras de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rondônia e outros Estados. Ressaltou que, embora o preço do café esteja alto, os cafeicultores enfrentam desafios como a seca e a baixa produção por hectare, além de quadrilhas de furto. Enfatizou seu trabalho realizado nos últimos cinco anos para implantar delegacias rurais em cidades de Minas Gerais, com o apoio do Governo Estadual, e mencionou que o projeto será expandido para outras regiões, incluindo o Estado de São Paulo, pelo Governador Tarcísio de Freitas. Por fim, agradeceu aos profissionais de segurança pública e convidou os produtores rurais para participarem de reunião com o Parlamentar em Carmo do Rio Claro (MG), visando garantir uma safra segura.

Coronel Armando (PL - SC) - O Deputado celebrou seu retorno à Câmara dos Deputados, após exercer a função de Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina, onde atuou na prevenção de desastres. Ademais, recordou sua atuação como Vice-Líder do Governo Bolsonaro, ressaltando as dificuldades enfrentadas diante da Oposição. Além disso, defendeu a anistia para os manifestantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, apontando injustiças sofridas por presos políticos e a necessidade de revisão desse debate. Adicionalmente, destacou sua adesão ao pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), defendendo a punição aos responsáveis. Afirmou ainda seu compromisso com a segurança pública, com a valorização das Forças Armadas e com a representação da população de Santa Catarina. Por fim, homenageou a cidade de Joinville (SC), Capital Nacional da Dança, e afirmou que contribuirá para a construção do novo Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação.

Padre João (PT - MG) - O Deputado saudou os trabalhadores do campo e da cidade, exaltando sua contribuição essencial nas áreas da saúde, do meio ambiente, da produção de alimentos, da indústria e da proteção social. Ademais, reafirmou a importância de políticas públicas que assegurem dignidade à classe trabalhadora, destacando seu papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa para todas as faixas etárias. Por fim, anunciou sua participação na Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras, em Lamim (MG), a fim de reafirmar seu compromisso com a defesa dos direitos laborais.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado anunciou a realização de uma audiência pública sobre Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos, com o objetivo de distribuir os ganhos de produtividade



e inovação tecnológica com os trabalhadores. Em seguida, agradeceu à Embaixada da Alemanha, à Comunidade Europeia, ao Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e ao Prof. Walter pelo diálogo promovido sobre a regulamentação da inteligência artificial, destacando o papel da tecnologia na geração de produtividade e melhoria da qualidade de vida.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou a proposta de mudança da camisa da Seleção Brasileira para a cor vermelha, classificando a ideia como um “absurdo” e uma “estupidez”. Alegou que a suposta repercussão negativa, inclusive entre comentaristas esportivos, evidencia o descontentamento com a iniciativa. Também questionou a legitimidade da atual gestão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), alegando que o Presidente da entidade foi mantido no cargo por meio de um acordo com envolvimento de uma pessoa supostamente inapta cognitivamente. Ressaltou que futebol é algo sério no Brasil e trocar a tradicional camisa amarela por uma vermelha tem conotações ideológicas, o que agrava ainda mais a situação. Finalizou com um apelo ao Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, para que “crie juízo”, sob pena de perder o cargo.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada celebrou o Dia Internacional da Dança, homenageando o Festival de Dança de Joinville (SC), reconhecido como o maior do mundo. Citou o poema “Eu louvo a dança”, de Santo Agostinho, exaltando a arte como expressão integral do ser humano. Também destacou o projeto Mestres da Dança, que visa preservar a memória dos grandes nomes da dança brasileira, dedicando uma homenagem especial a Tatiana Leskova, com 102 anos, e a Ady Addor, ex-primeira bailarina do American Ballet Theatre e sua mestra pessoal. Em seguida, criticou o Governo Lula por supostos escândalos de má gestão e corrupção, citando nomeações com altos salários, dados inflados sobre conectividade nas escolas e o aumento bilionário de descontos indevidos em aposentadorias via Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cobrando responsabilização e condenando o uso populista de dinheiro público.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada celebrou a aprovação da nova Lei Aldir Blanc como uma vitória expressiva para a cultura brasileira, destacando seu papel no fomento à produção artística, especialmente no setor audiovisual, e sua contribuição para a geração de emprego e renda sem comprometer o orçamento federal. Por fim, elogiou a articulação parlamentar favorável à medida, alinhada ao ajuste fiscal promovido pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e criticou a resistência da oposição, acusando-a de desvalorizar a cultura ao tentar barrar a proposta.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado anunciou sua assinatura em apoio à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), diante das investigações da Polícia Federal (PF) sobre o desvio de mais de R\$ 6 bilhões da instituição. Destacou a necessidade de apurar



responsabilidades e proteger os direitos dos aposentados. Também mencionou sua participação, ao lado do Governador Jerônimo Rodrigues, em visita ao Município de Milagres (BA), ressaltando a importância da Festa dos Vaqueiros e o fortalecimento dos compromissos políticos locais. Expressou apoio à mobilização dos agentes de saúde que reivindicam aposentadoria especial; e, por fim, celebrou o aniversário de emancipação política de Eunápolis (BA), criticando a atual gestão municipal pelo descaso nos serviços públicos, apesar da chegada de mais de R\$ 100 milhões aos cofres da cidade.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado repudiou as tentativas de responsabilizar exclusivamente o atual Governo pelo escândalo de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que os desvios começaram em 2019, durante a gestão de Jair Bolsonaro, quando foram liberadas associações sem critérios e sem fiscalização. Destacou que apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) compareceu à convocação para prestar esclarecimentos, enquanto as demais entidades envolvidas se ausentaram. Defendeu uma investigação rigorosa, mas criticou o que chamou de tentativa de criar uma narrativa seletiva, similar à da Lava Jato. Além disso, denunciou o sucateamento do INSS sob o Governo anterior, com a perda de 8 mil funcionários e a falta de peritos, como na região de União da Vitória (PR), sem atendimento há dois anos. Finalizou pedindo responsabilidade e investigação ampla, rebatendo a ideia de que os problemas começaram apenas em 2023.

Bruno Farias (AVANTE - MG) - O Deputado registrou a visita à Câmara dos Deputados do suplente de Senador, Castellar, e do ex-Deputado Federal, Marcelo Aro, atual Secretário de Governo de Minas Gerais. Destacou o trabalho de Aro em pautas de inclusão e expressou apoio à sua trajetória política, afirmando acreditar que ele será o próximo Senador por Minas Gerais.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado convocou a população para participar de uma marcha pacífica em Brasília (DF), no próximo dia 7 de maio, com saída às 16h da Torre de TV em direção ao Congresso Nacional. Explicou que o ato teria como objetivo prestar apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando sua intimação judicial enquanto esteve internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), além de homenagear vítimas relacionadas ao 8 de janeiro, como Débora "do batom" e Clezão. Por fim, afirmou que o movimento será pacífico, como, segundo ele, são todos os atos da direita, e voltou a levantar suspeitas sobre a presença de infiltrados nas depredações de 2023.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou o escândalo de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), classificando como "canalhice" e "patifaria" os descontos indevidos nos benefícios de aposentados. Defendeu a responsabilização dos envolvidos, cobrando cadeia para os culpados e perda de



direitos políticos para dirigentes, mesmo que indiretamente ligados. Afirmou que o episódio evidencia a fragilidade do sistema presidencialista, argumentando que, sob o parlamentarismo, um escândalo desse porte derrubaria o Governo. Ressaltou que o caso se arrasta desde 2016, atravessando três Governos, e só agora estaria sendo investigado. Por fim, defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e a imediata devolução dos valores desviados aos aposentados.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada se posicionou contra a formação de profissionais de enfermagem por meio do ensino a distância (EaD), reforçando a necessidade de uma formação acadêmica presencial e de qualidade. Unindo-se à Deputada Ana Paula, alertou que a prática inadequada desses profissionais pode aumentar o risco de mortes de pacientes. Criticou a iminente aprovação de um marco regulatório que pode favorecer a abertura de cursos EaD, mencionando que o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) tem judicializado o tema e que em Estados como Rondônia, Amazonas e Rio de Janeiro houve ações bem-sucedidas para cancelar cursos desse tipo. Por fim, solicitou uma audiência com o Ministro da Educação e pediu apoio da Presidência da Câmara para discutir a questão, denunciando a pressão do *lobby* de universidades privadas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Governo Federal pelo escândalo de corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que envolveu descontos indevidos nos contracheques de aposentados, sobretudo os que recebem um salário mínimo. Acusou o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, de omissão, alegando que o mesmo sabia do esquema e não agiu. Cobrou o ressarcimento dos aposentados e convocou a população a processar as entidades envolvidas. Em seguida, também repudiou a proposta de adotar uma camisa vermelha para a Seleção Brasileira, acusando a esquerda de tentar “sequestrar” símbolos nacionais. Por fim, convocou a sociedade para participar de uma caminhada no dia 7 de maio em defesa da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, alegando perseguição judicial e defendendo que o Congresso Nacional decida sobre o tema.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado criticou o reajuste anunciado pelo *iFood* aos entregadores — R\$ 0,50 para ciclistas e R\$ 1,00 para motociclistas —, considerando-o insuficiente e desrespeitoso diante dos lucros da empresa, estimados em R\$ 1 bilhão neste ano. Lembrou que o aumento foi resultado da paralisação recente dos entregadores e reafirmou o compromisso de seguir cobrando a pauta apresentada por esses trabalhadores: taxa mínima de 10 reais por entrega, adicional de 2,50 reais por quilômetro, limite de 3 km para entregas com bicicleta e fim do sistema de entregas agregadas. Por fim, destacou que um novo breque dos entregadores já estaria previsto, e reiterou a necessidade de diálogo efetivo por parte da empresa.



Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado criticou colegas Parlamentares que defendem anistia para envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro, acusando-os de apoiar um ex-Presidente que liderou um plano para assassinar o Presidente Lula, o Vice-Presidente Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes. Reforçou que tais Parlamentares foram eleitos democraticamente, mas agora defendem golpistas, o que considerou "cara de pau". Por fim, afirmou que não pode haver anistia para quem atentou contra a democracia, pois "ditadura mata".

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado ironizou falas anteriores sobre ditaduras, afirmando que "ditadura mata, mas só incomoda se não for de esquerda", citando os regimes de Cuba, Venezuela e Coreia do Norte como exemplos apoiados pela esquerda. Também rebateu o Deputado Guilherme Boulos sobre críticas ao *iFood*, sugerindo que Boulos deveria abrir uma empresa de entregas e oferecer os benefícios que considera adequados — completando que não o faz porque “sabe que vai quebrar”.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado fez um apelo ao Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para que o Estado formalize a adesão ao Propag (Programa de Pleno Ajuste Fiscal), conforme prevê o Decreto Federal regulamentador da Lei Complementar nº 212/2025. Explicou que o prazo para adesão vai até 31 de dezembro de 2025, mas o Estado ainda não oficializou seu ingresso, o que compromete a estabilidade financeira e salarial de mais de 400 mil servidores ativos, inativos, pensionistas e veteranos. Destacou que, embora o Propag não implique repasses diretos para pagamentos, ele é essencial para desafogar o caixa estadual e viabilizar a prometida recomposição inflacionária, não cumprida desde 2022. Em seguida, comentou a denúncia veiculada na imprensa sobre o suposto envolvimento de oficiais da alta cúpula da Polícia Militar com o crime organizado em Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Cobrou rigor na apuração e defendeu a extinção do modelo das UPPs, que classificou como “projeto falido”. Ainda dirigiu-se ao novo Secretário de Polícia Militar, Coronel Menezes, pedindo atenção ao estudo entregue com pautas como escala de trabalho, recomposição salarial e pagamentos devidos aos veteranos. Por fim, sugeriu que, caso o Governador não atenda às demandas da tropa, os Secretários da Polícia Militar e da Defesa Civil entreguem seus cargos em protesto.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado fez um apelo aos Líderes partidários para que se dirijam ao Plenário da Câmara e registrem presença, a fim de viabilizar o início da Ordem do Dia e a votação de proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. O parlamentar destacou a relevância da proposta, que integra medidas provisórias



voltadas ao enfrentamento de queimadas e desastres ambientais, reforçando a importância de quórum para a deliberação.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado comunicou ao Plenário o resultado da votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou, por 44 votos a 22, o parecer favorável à cassação do Deputado Glauber Braga. Ressaltou também que o episódio mais grave não foi a agressão nas ruas, mas sim o soco desferido contra um colega dentro do plenário da Câmara, ato que afirmou ter testemunhado ao lado do Deputado Eli Borges. Defendeu que a cassação era necessária para preservar o decoro parlamentar e a integridade da instituição, uma vez que o Deputado Glauber Braga demonstrou comportamento incompatível com o cargo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a decisão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de adotar a cor vermelha no uniforme alternativo da Seleção Brasileira, alegando violação do próprio estatuto da entidade, que determina o uso exclusivo das cores da bandeira nacional: verde, amarelo, azul e branco. Destacou que a escolha do vermelho — que associou ao PT e ao comunismo — em ano pré-eleitoral representa um desrespeito à tradição e à neutralidade política. Ademais, sugeriu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da CBF, que está envolvida em escândalos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada comentou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que rejeitou o recurso do Deputado Glauber Braga e manteve o parecer do Deputado Alex Manente pela cassação do mandato. Afirmou que a penalidade proposta ultrapassa os limites previstos no Código de Ética e que o processo deveria ter retornado ao Conselho de Ética. Apesar disso, expressou confiança no Plenário da Câmara, declarando acreditar que os Parlamentares não cometerão injustiça, preservarão as prerrogativas dos mandatos e garantirão o direito ao exercício parlamentar. Encerrou com a defesa da permanência do Deputado Glauber Braga na Casa.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado defendeu a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Roubo dos Aposentados e anunciou ter protocolado o requerimento, que já contava com 171 assinaturas, número bem próximo do necessário para sua instalação. Acusou o Governo Federal de Esquerda de desviar mais de R\$ 6 bilhões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), prejudicando aposentados, pensionistas, pessoas doentes e em situação de vulnerabilidade. Por fim, conclamou seus colegas a apoiarem a iniciativa, afirmando que a CPI buscará esclarecer os fatos e proteger os mais pobres de supostos crimes praticados pelo Estado.



Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado informou ter protocolado um projeto de lei que proíbe a utilização de cores partidárias nos uniformes da Seleção Brasileira de Futebol, em resposta à adoção da cor vermelha em uma das camisas da equipe. Destacou que a medida não tem motivação partidária, mas visa preservar os símbolos nacionais, ressaltando que o vermelho não representa a bandeira do Brasil. Também afirmou que a Seleção representa toda a população brasileira, e não partidos políticos ou figuras públicas, e criticou a decisão como um jogo sujo. Declarou ainda que buscará a aprovação e sanção da proposta.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores por tentar transferir a responsabilidade pelo escândalo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao Governo anterior. Afirmou que a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) esclarecerá os fatos e desafiou os colegas a assinarem o requerimento, sugerindo que quem não o fizer estaria temendo revelações. Além disso, comentou a votação recente relacionada ao Deputado Glauber Braga, afirmando que o Parlamentar tem histórico de agressões e que sua postura de vítima não condiz com suas atitudes anteriores, citando um episódio envolvendo o Deputado Roberto Monteiro.

Paulão (PT - AL) - O Deputado acusou a extrema direita na Câmara de incoerência ao discutir moralidade, mencionando a ausência de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) sobre os imóveis da família Bolsonaro. Defendeu a apuração do escândalo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), destacando a atuação da Polícia Federal, do Ministério Público e do Presidente Lula, que respeitam o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, ressaltou a importância do devido processo legal, com direito ao contraditório e à ampla defesa. Também denunciou a má prestação de serviços de fornecimento de água em Alagoas pelas empresas BRK e Águas do Sertão após a privatização da Casal, e afirmou ter acionado o Ministério Público e a Defensoria Pública para cobrar providências.

Zucco (PL - RS) - O Deputado afirmou que o escândalo envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atinge diretamente o Ministro Carlos Lupi e informou que a Oposição pedirá sua demissão, além de apresentar denúncia ao Ministério Público Federal. Também destacou que há um pedido de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em andamento para apurar o caso e desafiou os Deputados do PT a assinarem o requerimento, caso realmente desejem investigar os responsáveis. Ressaltou que se há a alegação de que irregularidades ocorreram também no Governo Bolsonaro, a CPI será a oportunidade de esclarecer os fatos e responsabilizar os envolvidos.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado agradeceu publicamente o apoio recebido após a saída de seu filho, Gabriel Monteiro, do sistema prisional, onde esteve por 2 anos e 4 meses. Afirmou que as acusações



que motivaram a prisão não procedem e destacou o acolhimento da população, mencionando vídeos com milhões de visualizações nas redes sociais, incluindo um registro do reencontro entre Gabriel e sua avó. Criticou a disseminação de notícias falsas e afirmou que seu filho está cumprindo as determinações judiciais e em processo de ressocialização. Agradeceu a Deus, às autoridades e ao povo pelas manifestações de solidariedade.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado denunciou o processo de desmoralização do futebol brasileiro, apontando escândalos na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e criticando a adoção da cor vermelha no novo uniforme da Seleção. Destacou a apresentação de projeto de lei que obriga o uso exclusivo das cores da Bandeira Nacional em representações esportivas do Brasil. Anunciou também o protocolo de requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da CBF, com o objetivo de investigar irregularidades na entidade. Destacou que preservar as cores nacionais é preservar a identidade do país e a credibilidade do esporte.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado relatou sua experiência como médico e destacou a crescente preocupação com a qualidade da formação médica no Brasil. Mencionou a iniciativa do Conselho Federal de Medicina (CFM) e dos Conselhos Regionais para criar um exame de proficiência para médicos, semelhante à prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para advogados. Destacou que o objetivo é regulamentar a prática da medicina no País, considerando o aumento desordenado de faculdades de medicina e a necessidade de uma avaliação rigorosa da competência profissional. Por fim, expressou apoio à proposta sobre o tema em tramitação na Casa e pediu a colaboração dos colegas para a aprovação da legislação.

ORDEM DO DIA

Zucco (PL - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, defendeu a continuidade da obstrução parlamentar como forma de pressionar pela votação do projeto de anistia, que já conta com 264 assinaturas favoráveis ao regime de urgência. Também criticou a condução das negociações pelo Presidente Hugo Motta e por Líderes partidários, afirmando que o impasse prejudica a Câmara. Sugeriu que o Governo tenta desviar a atenção do escândalo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o qual envolve suspeitas de repasses irregulares a uma Organização não



governamental (ONG) estrangeira, sem licitação. Afirmou que a Oposição exige a demissão do Ministro Carlos Lupi e reforçou que não haverá recuo na obstrução sem o avanço da pauta da anistia.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, defendeu a continuidade da obstrução por parte do PL em apoio à proposta de anistia, alegando que 70% da população brasileira são favoráveis à medida. Rejeitou as acusações de golpe de Estado, argumentando que não houve qualquer ação armada ou condições reais para tal. Também ironizou a narrativa contrária à anistia e criticou a caracterização dos envolvidos como criminosos ou golpistas. Reforçou que a obstrução será mantida e intensificada até que a pauta avance no Parlamento.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de



aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, criticou a votação do projeto que contrariou recomendação expressa do Tribunal de Contas da União para não ser apreciado pelo Congresso. Chamou a proposta de “PL da chantagem” e “PL da picaretagem”, alegando que ela permite contratações sem licitação e representa um novo mecanismo de caixa dois para o Governo Lula. Denunciou ainda um episódio em que um Líder partidário teria sido intimidado dentro do Congresso, mencionando a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, reclamou da omissão da Mesa Diretora diante do que classificou como ameaça à independência do Poder Legislativo e aos mandatos dos 513 Deputados.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado afirmou estar cada vez mais inclinado a acreditar em críticas históricas ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao mencionar o recente escândalo envolvendo o INSS, que o Governo tenta atribuir à gestão anterior. Defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades no órgão e pediu apoio de colegas para alcançar as assinaturas restantes. Afirmou ainda que a CPI é necessária para defender os aposentados.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, ressaltou que restavam apenas quatro assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre desvios no INSS, que classificou como um roubo promovido pelo Governo Lula contra os aposentados. Rebateu a narrativa de que o escândalo teria se iniciado na gestão



Bolsonaro e desafiou os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) a provarem isso dentro da CPI. Declarou que a Oposição não teme investigações e defendeu que os maiores prejudicados são os aposentados. Por fim, acusou o PT de evitar a CPI por saber que os desvios ocorreram em sua gestão.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado alterou a orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a fraude o INSS.

Fausto Pinato (PP - SP) - O Deputado defendeu um novo texto do Projeto de Lei nº 1.815, de 2025, que propôs anistia proporcional aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, com base em três princípios: justiça individualizada, respeito à verdade histórica e compromisso com a democracia. Argumentou que muitos foram manipulados por desinformação e não praticaram atos violentos, merecendo tratamento distinto dos que planejaram e financiaram os ataques. Reafirmou que não haverá anistia para os autores intelectuais e pediu que o Presidente Lula considerasse um gesto de reconciliação ao anistiar manifestantes pacíficos. Criticou ainda a falta de legislação eficaz contra *fake news* e defendeu equilíbrio entre justiça e pacificação nacional.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20



de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Rodrigo de Castro (UNIÃO - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da



capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.



Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem com base na Constituição e no Regimento Interno para cobrar da Mesa Diretora um posicionamento sobre a cassação do Deputado Chiquinho Brazão, acusado de ser mandante do assassinato de Marielle Franco. Relatou que o Parlamentar encontra-se preso preventivamente desde março de 2024, teve o mandato declarado extinto por faltas, mas permaneceu com direitos políticos e estrutura de gabinete, gerando gastos superiores a R\$ 500 mil. Além disso, argumentou que a renúncia ou a perda de mandato por faltas não devem impedir a continuidade do processo de cassação e defendeu a votação em Plenário do projeto que trata do caso, visando à perda da elegibilidade do Deputado.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado defendeu o projeto sobre concessão de anistia para envolvidos nos atos de 8 de janeiro, argumentando que muitos participaram pacificamente, exercendo seu direito à manifestação. Criticou o atual Presidente da República por não ter agido preventivamente e questionou o Supremo Tribunal Federal por intimar o Líder do PL, Deputado Sóstenes Cavalcante. Também destacou a importância do novo Plano Nacional de Educação (PNE), pedindo que ele reflita os valores conservadores da sociedade brasileira. Defendeu que o plano preserve a estrutura familiar, evite doutrinação ideológica e reforce o papel da escola na formação do caráter com foco em conteúdos tradicionais.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado defendeu a aprovação do projeto que transforma em lei medidas adotadas emergencialmente após desastres climáticos, como os que atingiram o Rio Grande do Sul. Argumentou que mudanças legais são necessárias para garantir agilidade no uso de recursos públicos e para permitir ações como a contratação de brigadistas já treinados e o uso de aeronaves estrangeiras em incêndios. Destacou a criação de um fundo público-privado, adotado na recuperação gaúcha, como modelo a



ser incorporado na legislação para evitar perda de recursos e garantir resposta eficiente a futuras calamidades.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado contestou declarações sobre o suposto apoio do Governo Federal ao Rio Grande do Sul após a calamidade pública enfrentada pelo Estado. Criticou o anúncio de R\$ 51 bilhões em ajuda, afirmando que R\$ 21 bilhões corresponderam a adiantamentos de benefícios como o Bolsa Família e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enquanto os R\$ 30 bilhões restantes foram oferecidos como financiamento. Também rebateu declaração do Presidente Lula que atribuiu ao Estado a responsabilidade pelo déficit fiscal de 2024, alegando desconhecimento por parte do Chefe do Executivo.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada alertou para os riscos institucionais da possível cassação do mandato do Deputado Glauber Braga, após a rejeição de recurso na Comissão de Constituição e Justiça. Argumentou que a reação do Parlamentar, motivada por ofensa à memória de sua mãe falecida, foi desproporcionalmente punida. Destacou que, segundo o Código de Ética, o caso caberia apenas censura escrita, e não perda de mandato. Enfatizou que a medida fere os princípios da proporcionalidade e da legalidade, abrindo precedente perigoso que pode atingir qualquer Parlamentar, independentemente de posicionamento político.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Classificou a proposta como imoral e perigosa, argumentando que ela cria fundos públicos com gestão privada para ações emergenciais e desobriga agentes públicos de responsabilidade por prejuízos, favorecendo má gestão com recursos públicos. Rejeitou a possibilidade de contratos sem licitação e denunciou a falta de transparência e prestação de contas. Afirmou que o texto legaliza a irresponsabilidade e abre brechas para corrupção. Defendeu maior controle, responsabilidade e burocracia na administração de verbas públicas, sobretudo em situações de calamidade, e orientou voto contrário do Partido Novo ao projeto.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.



Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, comentou sobre a votação pela cassação do Deputado Glauber Braga, destacando que o principal motivo para a cassação seria uma agressão física ocorrida no plenário contra o Deputado José Medeiros.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de



19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Bandeira de Mello (PSB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 6º, expressão "natureza privada e", apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.469, de 2024 que trata do fundo para o Rio Grande do Sul, afirmando que alguns Parlamentares estavam votando contra por ignorância ou por oposição ao Governo, sem compreender as consequências. Explicou que o Governo Federal já aportou R\$ 6,5 bilhões no fundo, e que, se o projeto não for aprovado, esse valor teria que ser reincluído no Orçamento da União, o que inviabilizaria seu uso. Por fim, afirmou que votar contra o projeto é retirar



recursos essenciais do Estado em um momento de calamidade, destacando que essa é uma solução fiscalmente inteligente para viabilizar obras de longo prazo.

Zucco (PL - RS) - O Deputado criticou os Parlamentares da esquerda, acusando-os de incoerência ao defenderem recursos para o Rio Grande do Sul após terem votado contra o perdão da dívida do Estado. Afirmou que os R\$ 6 bilhões mencionados representam menos de 10% da dívida total e, se os Deputados gaúchos da esquerda tivessem apoiado a proposta anterior, o Estado estaria em uma situação melhor.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "o cotista ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo, exceto" contida no § 4º do Art 6º do substitutivo, com vistas a sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "o cotista ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo, exceto" contida no § 4º do Art 6º do substitutivo, com vistas a sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "o cotista ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo, exceto" contida no § 4º do Art 6º do substitutivo, com vistas a sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 –



Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, anunciou que faltavam menos de cinco assinaturas para a instalação da CPI do Roubo dos Aposentados. Afirmou que, caso as assinaturas não fossem alcançadas, divulgaria publicamente, em emissoras de televisão e outros meios de comunicação, os nomes dos Deputados que, segundo ele, não estariam apoiando a investigação em defesa dos aposentados e pensionistas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 4º do Art 6º do substitutivo, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Além disso, criticou a proposta da Oposição de criar uma CPI. Afirmou que o primeiro a ser convocado deveria ser o ex-Ministro Paulo Guedes, responsabilizando a Gestão do ex-Presidente, a quem chamou de inelegível, pelo início das irregularidades em 2019.



Zucco (PL - RS) - O Deputado apresentou reclamação, questionando a condução da reunião da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Informou que o Presidente da Comissão, Deputado Duarte Jr., deu sequência à leitura e votação do Projeto de lei nº 2.016, de 2024, após o início da Ordem do Dia, descumprindo normas regimentais que vedam deliberações simultâneas. Relatou ainda que pedidos de ordem e requerimentos de adiamento não foram considerados, e que houve bloqueio de microfones durante tentativas de contestação. Diante disso, requereu a anulação da votação e o retorno do projeto à Comissão.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado defendeu destaque do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, em apreciação, alertando para riscos de falta de controle e criticando o que chamou de “desgoverno” atual. Também denunciou a suposta perseguição política após ser intimado pelo Ministro Flávio Dino, do STF, e fez um apelo pela defesa das prerrogativas parlamentares, independente de ideologia. Além disso, criticou as decisões do STF relacionadas aos presos do 8 de janeiro, elogiou o voto divergente do Ministro Luiz Fux e reforçou a necessidade de uma anistia. Reiterou ainda apoio à instalação de uma CPI para investigar prejuízos a aposentados e pensionistas.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.



Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Anunciou que a Oposição alcançou o número necessário de assinaturas para a abertura da CPI do roubo dos aposentados. Agradeceu o apoio do Líder Sóstenes Cavalcante, do Vice-Líder da Minoria, Deputado Cabo Gilberto Silva, e do Líder da Oposição, Deputado Zucco. Afirmou que a proposta da CPI será divulgada à imprensa com o apoio dos Líderes da bancada, destacando o objetivo de investigar supostas irregularidades que afetam os aposentados.



Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do PRLP 2- art. 11, inciso I, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando o Executivo de usar bilhões em publicidade para manipular a opinião pública, sem entregar obras prometidas pelo PAC 3, que classificou como repetição de fracassos anteriores. Afirmou que quase mil obras estavam paradas na Paraíba e denunciou supostos desvios de R\$ 6,3 bilhões relacionados a descontos sindicais. Criticou também a postura da CBF, que teria intenção de incluir a cor vermelha no uniforme da seleção, e defendeu a instalação de uma CPMI sobre o tema. Alertou para o avanço do STF sobre prerrogativas do Legislativo e classificou como arbitrária a intimação do Deputado Sóstenes Cavalcante. Reforçou apoio ao Deputado Ramagem e questionou os limites da democracia diante de ações que considerou como perseguição política.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 18 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 18 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.



Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 18 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 18 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica. Criticou a declaração do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante audiência na Comissão de Segurança Pública. Informou que ao usar a expressão “Roma locuta, causa finita” ao se referir ao STF, o Ministro sugeriu um cenário de exceção. Citou o Ministro Luiz Fux para defender que, em um Estado Democrático de Direito, o poder soberano deve ser o Parlamento. Alertou que, ao contrário disso, o País estaria sob uma “ditadura da toga”, com o Judiciário se sobrepondo ao Legislativo.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou o fechamento das lojas do Atacadão do Celular no Acre como símbolo do colapso do ambiente de negócios no Estado. Citou perseguições fiscais e apreensões de mercadorias, mesmo com documentação em ordem, como fatores que levaram o empresário Jefferson Rodrigo a encerrar suas atividades. Criticou o Governo Federal e o Governo do Acre por omissão e por não oferecerem suporte aos empreendedores locais. Apontou a saída de mais de 80 mil acreanos como reflexo da falta de oportunidades e cobrou políticas públicas que incentivem o empreendedorismo, desburocratização e segurança jurídica.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado cobrou a intensificação do monitoramento da qualidade da água do Rio Tocantins, após o acidente na ponte Juscelino Kubitschek, entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). Solicitou medições semanais até o fim da temporada de praias, destacando os riscos causados pela submersão de caminhões com ácido sulfúrico e defensivos agrícolas. Alertou para os impactos ambientais e à saúde pública, defendeu a divulgação transparente dos dados e agradeceu aos órgãos envolvidos nas ações emergenciais. Reafirmou o compromisso com a segurança das famílias e a preservação do rio, patrimônio essencial do Tocantins.



Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado alertou para a exclusão do Amazonas da bonificação aplicada às propostas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CDS), concedida ao Nordeste e ao Norte de Minas Gerais. Destacou que o Estado enfrentou eventos climáticos extremos, como seca e cheia, que afetaram diretamente produtores rurais e famílias em situação de vulnerabilidade. Criticou a demora na liberação de recursos para projetos já aprovados e questionou a concentração orçamentária em propostas de alto valor, sugerindo a priorização de iniciativas menores e mais abrangentes. Defendeu ainda maior transparência e fiscalização na execução dos programas de distribuição de alimentos no Estado.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado anunciou sua filiação ao partido NOVO, destacando afinidade com os princípios da legenda, como responsabilidade fiscal, respeito às liberdades individuais e valorização da técnica na gestão pública. Afirmou estar motivado para seguir atuando por um Brasil mais livre, justo e eficiente, agora ao lado de pessoas que compartilham sua visão de país. Também expressou gratidão ao Partido Liberal, legenda pela qual iniciou sua trajetória política, reconhecendo o apoio e as oportunidades recebidas. Informou que a mudança foi apresentada como uma escolha alinhada aos seus princípios e ao compromisso com a população brasileira.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado alertou para os altos índices de feminicídio em Mato Grosso do Sul, que registrou, em 2023, taxa de 2,1 mortes por 100 mil mulheres, acima da média nacional. Defendeu a melhoria da efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, destacando a necessidade de reforço estrutural e orçamentário para garantir sua aplicação. Informou que é preciso ampliar o monitoramento de agressores e garantir resposta rápida das autoridades. Também ressaltou a importância da Casa da Mulher Brasileira, iniciativa relançada em 2023, como exemplo de política pública integrada de proteção às mulheres.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou a projeção nacional do São João do Maranhão, destacando a presença da festa em espaços como a Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (RJ), e na Avenida Paulista, em São Paulo (SP). Elogiou a gestão do Governador Carlos Brandão pelo investimento na cultura popular como motor de desenvolvimento, ressaltando o crescimento de 44% no turismo estadual. Também reconheceu o trabalho conjunto das secretarias de Cultura, Turismo e Comunicação. Informou que o São João é mais que festa: é expressão da identidade maranhense, geradora de renda, autoestima e afirmação política do povo do Maranhão.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado relatou sua participação em missão oficial à China, realizada entre 17 e 27 de abril, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais entre Brasil e China nas áreas de



comércio, infraestrutura, ciência e tecnologia. Apresentou o potencial do Amapá como novo eixo logístico internacional, destacando a proposta de criação da Rota Marítima Brasil–China, com saída direta do Estado. Também abordou temas como energia renovável, inteligência artificial e conectividade em áreas remotas, defendendo a adaptação de tecnologias chinesas à realidade amazônica. Reafirmou o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado se posicionou contra o Projeto de Lei nº 4.247, de 2019, que cria a Zona Franca do Distrito Federal e Entorno. Apontou a falta de previsão orçamentária para a renúncia fiscal gerada pela proposta e a incompatibilidade com os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, destacou que a criação de uma Zona Franca na região não encontra respaldo constitucional, pois não atende ao princípio da extrafiscalidade e pode prejudicar o modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Comprometeu-se a analisar a matéria com rigor técnico na Comissão de Finanças e Tributação.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado tratou da questão dos descontos indevidos nos benefícios dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), destacando a necessidade urgente de ressarcimento aos prejudicados. Relatou que a fraude, envolvendo diversas entidades suspeitas, pode ter desviado mais de R\$ 6 bilhões das contas dos segurados. Apresentou dados de uma auditoria da Controladoria-Geral da União que revelou que 97,6% dos aposentados não autorizaram os descontos, que ocorreram por meio de Acordos de Cooperação Técnica com associações e sindicatos. Ressaltou que as investigações apontaram falsificação de assinaturas e a ausência de serviços reais oferecidos pelas entidades. Por fim, afirmou que os envolvidos devem ser punidos com rigor e que a devolução dos valores roubados deve ser célere.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei (PL) nº 187, de 2025, de sua iniciativa, que visa estabelecer um prazo máximo de seis meses para a conclusão de processos administrativos envolvendo pessoas idosas, com deficiência ou com doenças graves. Ademais, destacou que, embora a legislação atual garanta prioridade, a prática tem mostrado que esses processos podem levar até oito anos, comprometendo a qualidade de vida e até a sobrevivência dos envolvidos. Além disso, ressaltou a necessidade de uma tramitação mais célere do processo administrativo, com prorrogação excepcional, conforme o caso. Por fim, pediu o apoio dos colegas para a aprovação da proposição em defesa dos mais vulneráveis.

ENCERRAMENTO